

dura", tal como foram utilizados pela primeira vez nas análises em termos de regulação, isto é, no relatório CEPREMAP (1977), e mais ou menos na forma como os estudei em (1979a, 1983a). Isso ajudará a esclarecer a ligação entre esses estudos econômicos e as considerações epistemológicas que precedem.

Relendo **O Capital**, Etienne Balibar tinha amplamente enfatizado quanto a circulação das mercadorias entre capitalistas e proletários redundava numa reprodução da estrutura da relação salarial. As condições da relação (e da circulação que ela induz) aparecem de fato como idênticas ao resultado:

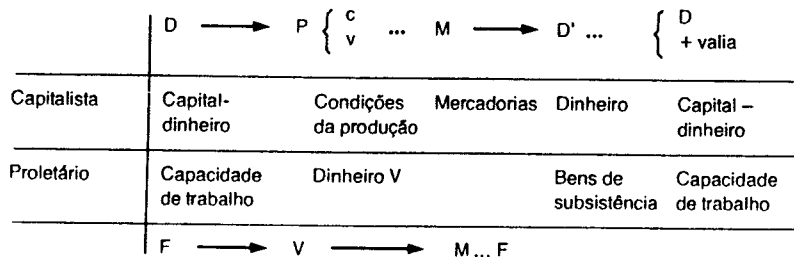


Figura 6. A reprodução da relação salarial

Pode-se reconhecer aqui a superposição das figuras 2 e 3. Dessas figuras, os althusserianos retiveram essencialmente a dimensão "vertical" (o sistema dos lugares). Basta de fato considerar o gráfico "de frente" (isto é, com a flecha do tempo voltada para si) e não longitudinalmente (com o tempo da esquerda para a direita) para obter o famoso duplo molinete da reprodução (26):

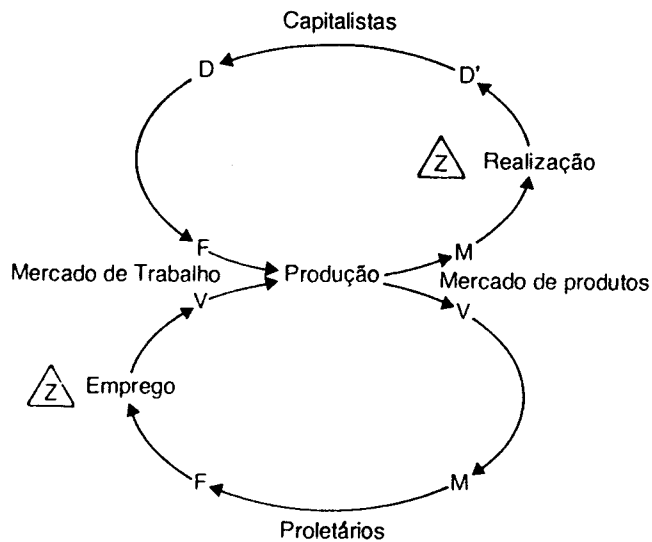


Figura 7. O "duplo molinete".

Vista sob esse ângulo, a reprodução aparece de fato como "não contraditória". Todo o trabalho dos "regulacionistas" pode então ser entendido como um tríplice esforço:

- \* mostrar que a reprodução capitalista "não acontece à toa",
- \* mostrar por que, durante longos períodos de tempo, ela continua "mesmo assim",
- \* mostrar por que, ao fim de certo tempo, surge uma grande crise.

Hoje, essas coisas são sabidas. Primeiro, a simples realidade da relação mercantil, a incerteza do produtor capitalista quanto à validade social da mercadoria oferecida, introduz uma dissimetria radical entre mercadoria e dinheiro: o dinheiro é um equivalente geral "incondicional" da mercadoria; ao contrário, a realização da mercadoria em dinheiro é um "salto mortal", indicado na figura 7 pelo sinal Z "curva perigosa". O fluxo de mercadorias que sai pelo arco nordeste do esquema deve estar corretamente proporcionado (em volume e em valor) à demanda que aparece no arco sudeste, bem como nos arcos não representados, em particular o arco "acumulação-investimento" (compra de bens de produção pelo capitalista), e com todas as outras complicações trazidas ao tecido sócio-econômico pela presença do Estado, de outras classes sociais etc. A incerteza a esse respeito constitui a "possibilidade formal" das crises. Sua necessidade aparece com a própria acumulação, que tende a aumentar o fluxo que sai a nordeste, enquanto contém o crescimento do arco sudeste. Essa contradição está no âmago da relação salarial. Pode ser resumida numa frase: ou a taxa de exploração é forte demais e há a ameaça de uma crise de superprodução, ou é fraca demais, e a ameaça é de sub-investimento. Essa taxa é função, por um lado, das relações da distribuição (das normas de consumo) e, por outro, das transformações na produção (das normas de produção), e em particular dos lucros de produtividade e das mudanças na composição orgânica dos capitais.

Chama-se **regime de acumulação** o modo de transformação conjunta e compatível das normas de produção e de consumo. Esse regime pode ser descrito como o dado iterativo da produção das seções ou dos ramos produtivos e da demanda correspondente: o que se chama esquema de reprodução ou estrutura macroeconômica. Mostramos que o regime "fordista" podia ser descrito como um paralelismo do crescimento da produtividade, da norma de consumo dos assalariados, da composição do capital. Em outros termos, ele segue um esquema de reprodução intensiva com ampliação do consumo salarial, de tal forma que crescem paralelamente o volume do produto líquido das seções I e II, relativo ao número de assalariados produtivos. Esse regime de acumulação é, portanto, uma forma de trama possível para a reprodução capitalista:

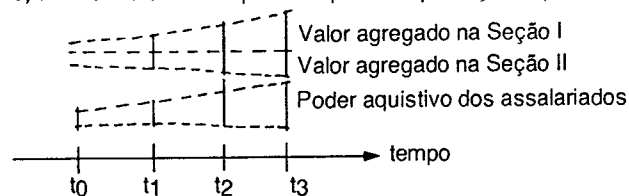
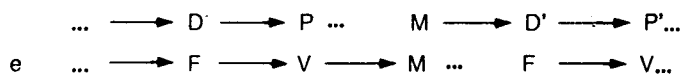


Figura 8: O regime de acumulação como trama

Mas, voltemos à figura 6. Trata-se de levar a sério a dimensão longitudinal desse gráfico. Pode-se considerar os agentes (capitalistas e proletários) como os proprietários de "valores em processo", isto é, de "fluxo" de valores de formas genéricas respectivas:



Esse conceito de "valores em processo" que se metamorfoseiam de forma em forma é introduzido desde o capítulo III de **O Capital** e longamente desenvolvido através de todo o livro II. Esses milhões de fluxos individuais constituem a trama da realidade econômica: a "vaga" dos valores em processo. Na "vida de todos os dias" (Alltagsleben) eles são a **única** realidade positiva. No caso dos capitais, Marx estende a metáfora têxtil e chega até a falar da estrutura de fios composta de três fiapos torcidos: os ciclos do capital Dinheiro, Mercadoria e Produtivo (Livro II).

No interior desse fluxo, os valores em processo trocam suas formas, como se percebe na figura 7 de duplo molinete, quando ela se desenvolve no tempo:

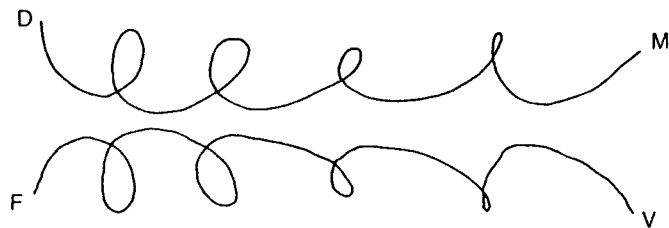


Figura 9. O fluxo dos valores em processo.

Na realidade, as duas espirais dessa figura são compostas de miríades de espirais individuais: o fluxo. **Ex post**, quando o regime de acumulação está estabilizado, esse fluxo, em sua estrutura, deve coincidir exatamente com as proporções repetidamente descritas pelo esquema de reprodução.

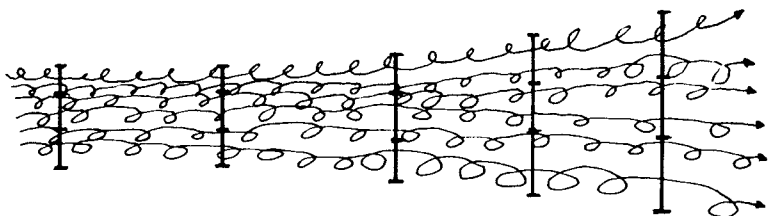


Figura 10. Valores em processo e esquema de reprodução.

As famosas igualdades marxianas dos esquemas de reprodução do Livro II não expressam nada além dessa dualidade. É ainda necessário conhecer a medida instantânea de cada um desses fluxos, ou seja, conhecer as leis que governam esses fluxos em valor nominal, expresso em moeda. Essas leis de formação dos salários e preços em moeda são as "conexões externas": elas regulam as normas de troca entre os fluxos considerados como independentes. Conhecendo esses preços normais e fazendo intervir seus **Habitus** de assalariados e de capitalistas, os agentes devem conduzir seu valor em processo de forma que o regime de acumulação seja respeitado. Pode-se interpretar o problema geral da transformação dos valores em preços de produção como o estudo das condições nas quais as conexões externas (leis que fixam o salário e os preços de produção) podem ser compatíveis com as proporções iterativas do regime de acumulação em valor (27).

Essa possibilidade não implica nenhuma garantia de bom término. Basta que as leis de formação do salário e do lucro nominais não estejam adaptadas à evolução das normas de produção para que apareçam desequilíbrios. O fluxo dos valores em processo parece então "extravasar" o crescimento em valor do esquema de reprodução ou, ao inverso, mostra-se inferior ao crescimento potencial. No tecido econômico, surgem franzidos ou buracos: é a inflação ou a superprodução. Aparece assim o problema da adaptação do fluxo ao regime, da trama à urdidura. Tal adaptação é o efeito do modo de regulação em vigor, que representa, na metáfora da tecedura, o papel dos cadilhos ou ... da "mão invisível" de Adam Smith.

Todo o esforço dos trabalhos de economia em termos de regulação, e em particular do relatório CEPREMAP (1977) e de suas seqüências, consistiu em mostrar que essa "mão invisível" não era o mecanismo trans-histórico da concorrência pura e perfeita. O modo de regulação (que inclui, entre outras, as formas de determinação dos salários diretos e indiretos, de concorrência e de ordenação inter-empresas, de gestão da moeda) muda com o tempo; logo, as formas de crescimento e de autopilotagem dos valores em processo também. Como o próprio regime de acumulação se transforma, grandes crises podem surgir da inadequação do modo de regulação. Essas grandes crises (como a crise atual, ou a dos anos 30) não devem ser confundidas com as "pequenas crises" cíclicas que são a forma da ação de regulação nos modos chamados "concorrenciais" (28). Quanto à "intencionalidade" da instauração de um modo de regulação adaptado, como a "regulação monopolista" para o regime fordista, podemos mostrar que historicamente tratava-se quase sempre de "achados" que, no correr do tempo, puderam ser **conscientemente** consolidados, pelos teóricos "Keynesianos" da regulação fordiana, pelos sindicatos reformistas e pelos governos desejosos de preservar o consenso social.

Inversamente, compreender como a grande crise do fordismo, por exemplo, foi-se delineando, como o "tecido" se rasgou, implica um duplo trabalho. Por um lado, num nível profundo, pode-se observar a deformação progressiva da estrutura macroeconômica: diminuição dos lucros de produtividade, maior peso na composição orgânica, internacionalização crescente. Por outro lado, num nível "exotérico", procura-se mostrar como os atores sócio-econômicos em suas lutas para "modificar o dado", no interior mesmo da lógica do modelo de desen-

volvimento, bem como nos esforços para transformar esse modelo em nome de uma "natureza" incompatível com ele, "acumularam as divergências". Os sindicatos procuraram tornar cada vez mais automáticos os aumentos de salário, consolidar as conquistas do Estado-Providência: ofensivas internas ao modelo. mas os assalariados resistiram cada vez mais às formas alienantes de organização do trabalho fordista. Para barrar essas tendências, os empresários procuraram ampliar as escalas de produção, acelerar a automatização (estratégia interna da lógica fordiana) mas também deslocar a produção para países com modo de regulação mais favorável ao lucro, contornar a legislação social pela "dualização" do mercado de trabalho: forma de denunciação pela fuga (*exit...*) dos comprometimentos institucionalizados fordianos.

O resultado dessas estratégias divergentes é conhecido. O essencial é compreender que não se trata de modo algum de um lamentável enfraquecimento do consenso que um pouco de boa vontade teria podido contemporizar. A contradição era interna ao próprio regime.

### O tecido do espaço-tempo

Depois do amor e da acumulação capitalista, abordamos um terceiro domínio: a geografia humana. Mudamos assim de cultura: referimo-nos à geografia crítica anglo-saxônica, da qual existe um excelente *corpus* epistemológico na coletânea de D. Gregory e J. Urry (1985). Essa geografia crítica situa-se na confluência de duas correntes metodológicas: o "realismo teórico" (Sayer, 1985) e a "teoria da estruturação" (Giddens, 1985). A dificuldade de diálogo entre as culturas decorrente da barreira lingüística, dos conhecimentos de segunda mão, das traduções imprecisas leva a algumas incompreensões que só são superadas de fato na excelente contribuição de Ed Soja (1985). Apesar das rituais críticas ao althusserianismo, nem sempre pertinentes, não se percebe, em relação à "sobredeterminação" althusseriana, o que traz de novo o "realismo teórico", segundo o qual os objetos teriam "forças causais" provenientes de sua estrutura interna, as quais só se atualizariam segundo suas articulações contextuais contingentes (29). Igualmente, não se percebe qual a diferença entre o "estruturalismo construtivista" de Bourdieu e a "teoria da estruturação" de Giddens, o que, aliás, a maioria dos autores da coletânea (em particular Walker, 1985) reconhece ser a mesma coisa.

O que deve chamar nossa atenção é o uso direto da metáfora trama-urdidura. Para a geografia crítica, o iniciador dessa metáfora é Hagerstrand (1970), que Giddens (1985) e Gregory (1985) discutem. A "geografia espaço-tempo" de Hagerstrand apresenta-se como uma micro-sócio-geografia, baseada numa "coreografia" rotineira das trajetórias individuais de agentes submetidos às contingências de sua materialidade espaço-temporal. Essas trajetórias reúnem-se em feixes (*bundles*), em "estações" nas quais elas interagem. A projeção dessas trajetórias sobre o espaço-plano produz a estruturação do espaço.

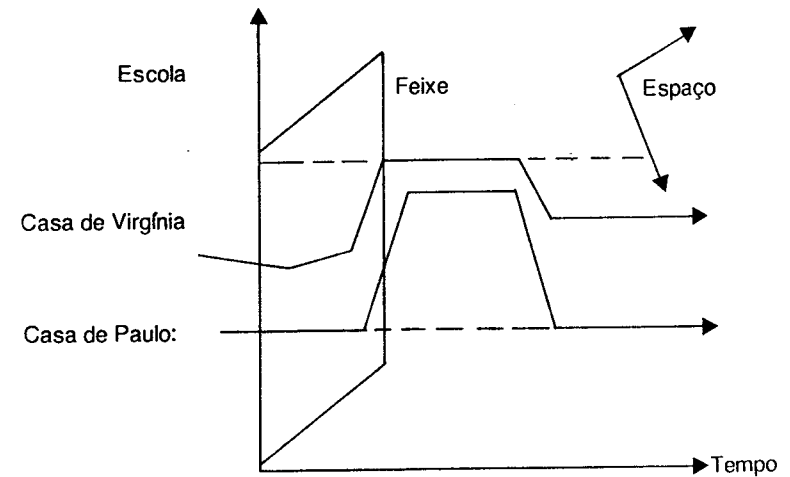


Figura 11. A coreografia de Hagerstrand

Tomemos o exemplo de dois jovens da aldeia (Paulo e Virgínia) que vão à escola diariamente. Encontra-se de novo a "trama" das trajetórias estruturada por (e estruturando) a "urdidura": o sistema das "estações" da aldeia (figura 11). Pode-se até colocar esse esquema em "pequenas crises". Paulo convida Virgínia para gazetejar aula no bosque B; os mexericos logo fazem com que o diabrete e sua Cinderela retornem a suas trajetórias normais (figura 12). Denúncia e sanção são as formas mais primitivas da regulação social. Mas a divergência pode desenvolver-se até chegar à grande crise: ou os apaixonados ficam noivos e saem da escola ou vão para o colégio interno.

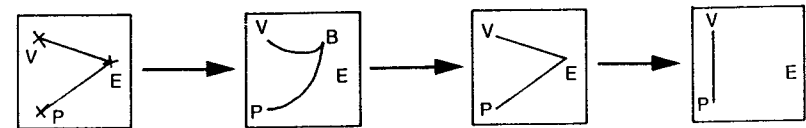


Figura 12. Divergência, pequena e grande crise coreográfica.

percebe-se o caráter operatório da "geografia espaço-temporal" de Hagerstrand e como pode ela levar a métodos de projeção urbanísticos como, por exemplo, a concepção de um sistema de transporte (Matzner, Rusch, 1976). Giddens destaca, no entanto, as fraquezas dessa geografia. Ela ignora a ori-

gem dos "projetos" que guiam as trajetórias, ou então são eles induzidos pelas próprias estações que já "são dadas", e recai-se no totalitarismo da "urdidura". Giddens propõe a substituição das estações por "locais" dotados de "disponibilidade para a presença" (**presence availability**) que ele analisa à moda de Goffman (1959). Em nosso exemplo, pode-se dizer que o bosque representa uma disponibilidade para a "caça às borboletas", atualizada ou não em função das iniciativas amorosas dos rapazes da aldeia. Mas o bosque preexiste às iniciativas, o que impede qualquer "fundamento micro-sociológico" para a localização (30).

Quanto a D. Gregory, ele critica (de acordo com uma temática que deve ser agora familiar ao leitor) a tendência a reduzir a urdidura espacial às necessidades funcionais da estrutura capitalista. Ele também é reticente em relação à tendência simétrica (baseada na instabilidade crônica das estruturas, provocadas pelo movimento permanente de inovação) que vê no movimento dos fios da trama apenas uma meada embaraçada. Ele conclui pela necessidade de pensar a contradição, a luta, na própria estruturação: outro tema que conhecemos, tanto mais que D. Gregory introduz aqui a noção sartriana de **serialidade**, que Hägerstrand, segundo ele, não teria superado. A "serialidade" (oposta ao estado de "grupos em fusão": Sartre, 1960) é o estado dos indivíduos comportando-se como os átomos determinados de Demócrito, privados de "clima", incapazes de projeto coletivo que modifique as estruturas. Cuidado, pois, para não identificar "urdidura" com necessidade, nem "trama" com liberdade! Voltaremos a isso na conclusão.

Por enquanto, gostaria de tratar ainda de dois exemplos extraídos de meus trabalhos, que podem esclarecer, em outros domínios da geografia humana, a distinção trama-urdidura e a questão da regulação.

O primeiro exemplo é a questão regional ou, antes, a inter-regionalidade, assunto sobre o qual mantenho com Doreen Massey um diálogo tão episódico quanto cordial. Numa intervenção inicial (1974a, retomado em 1977), eu definia primeiro as regiões francesas em si mesmas, sua genealogia, a história das relações sociais **internas** que lhes haviam modelado a "personalidade" (para empregar os termos de Vidal de la Blache), e as haviam dotado de disponibilidades diferenciadas em relação às formas de divisão do trabalho que iriam caracterizar, depois de 1945, o que eu na época ainda não chamava de "fordismo à francesa". O fordismo, como forma de organização do trabalho, permite de fato uma disjunção entre a concepção, a fabricação qualificada e a montagem desqualificada. Numa França com bolsões de empregos fortemente diferenciados do ponto de vista salarial, sindical, da qualificação da mão-de-obra e dos mercados, havia a grande tentação de distribuir os circuitos dos ramos produtivos por três tipos de bolsões de mão-de-obra, de acordo com a tripartição fordista. E foi o que aconteceu, quer as próprias regiões tenham "chamado" os empregos industriais, quer a DATAR tenha guiado as escolhas das grandes empresas (problema de regulação que não será tratado aqui). Chegamos, pois, a definir três tipos de regiões estabelecidos relacionamente pela estrutura do circuito do ramo certas regiões, de acordo com o "estilo" herdado, vindo assumir os "papéis" definidos nessa estrutura. Tipicamente, I: a Ile de France; II: o Norte-Pas de Calais; III: o grande Oeste.

D. Massey (1978) logo apontou a ambigüidade entre a abordagem segundo a trama e a abordagem segundo a urdidura: <<As regiões em Lipietz ora aparecem definidas em si mesmas, em sua genealogia, ora definidas por seu lugar sincrônico no seio da divisão inter-regional do trabalho>>. Para essa autora, a segunda alternativa era a única possível, contanto que não se simplificasse demais a "urdidura" dessa estrutura, que se reconhecesse (o que me parecia correto) a existência de uma pluralidade de formas de organização do trabalho, variáveis de ramo para ramo e até diversas no seio de cada ramo, combinando-se de modo contingente para explicar o destino de cada região por acumulação de "camadas geológicas" (**layers**). Ela aplicava esse método em seu livro (Massey & Meegan, 1982) no qual eu logo percebia (1983c) uma tendência a reduzir a geografia à organização industrial. Eu perguntava: como explicar os sucessos contrastados das regiões diante das reestruturas industriais, se não forem levadas em conta a personalidade, a disponibilidade das regiões, herdadas das "camadas" genealogicamente acumuladas? Uma região cuja indústria é considerada decadente pode reconverter-se mobilizando seu "recurso humano" (como a Rhur), ou pode evoluir no sentido de ter indústrias desqualificadas (como o Norte, em certos casos), ou ainda tornar-se marginalizada (como a Lorena). Isso vai depender de muitos fatores, mas antes de tudo da formação de um bloco regional renovador (Lipietz, 1985b)...

D. Massey (1985) admite nitidamente essa crítica e chega, depois de um balanço histórico da geografia industrial (muito parecido com o resumo da oscilação "**structure/agency**" da primeira parte deste texto!), a afirmar a importância das realidades espaciais preexistentes no processo das reestruturas inter-regionais. <<**The unique is back on the agenda**>>, eis de novo a personalidade regional de Vidal de la Blache!

Tentei mostrar (1985a) que, no caso das relações econômicas internacionais, a autonomia das trajetórias nacionais é ainda maior (do que no caso das relações inter-regionais) quanto à estrutura da totalidade. À estrutura clássica "centro/periferia", como à ortodoxia da Nova Divisão Internacional do Trabalho inspirada na tripartição fordista (Froebel, Heinrichs, Kreyes, 1980), é preciso opor a noção de uma "configuração internacional" (forma muito enfraquecida de "urdidura") na qual aparecem vagas regularidades nas transferências (de populações, de mercadorias, de saberes, de capitais) entre regimes de acumulação nacionais autônomos (fazendo aqui o papel da "trama"). Tentei até estudar quais poderiam ser as formas de regulação dessa dualidade trama/urdidura e de suas crises: acordos comerciais, firmas transnacionais, crédito internacional, etc.

Mas, gostaria de tratar a questão da regulação espacial através de um último exemplo: a transformação dos bairros urbanos. Num primeiro trabalho de inspiração muito estruturalista sobre a renda fundiária (1974b), eu tinha como pressuposto a existência de uma "urdidura": a Divisão Econômico-Social do Espaço (aqui os operários, lá os pequenos burgueses, adiante o terciário superior, e assim por diante). Essa D.E.S.E. é reproduzida e transformada pela prática dos promotores imobiliários. Mas o que devem eles construir em tal lugar? Eu mostrava que o mecanismo dos preços do solo, tal como resultam da

D.E.S.E. **preexistente** (o "tributo fundiário diferencial exógeno"), obrigava o promotor a reproduzir o uso social do bairro ou, no máximo, a difundir por proximidade um uso "superior" nos bairros próximos, porém, anteriormente menos cotados. Mas, o que dizer das grandes operações urbanísticas que mudam repentinamente o uso social de um bairro ou que, no mínimo, se organizam em função de uma programação a longo prazo, que coordena vários atores (privados e públicos)? No caso, as rendas (chamadas "diferenciais intensivos endógenas") devem ser partilhadas entre os agentes, em função do produto de um espaço projetado: os agentes internalizam o resultado de sua cooperação futura e dividem entre si os frutos da transformação obtida. Num artigo ulterior (1975), eu denominava respectivamente "concorrencial" e "monopolista" essas duas formas de reprodução-transformação do espaço, sem dispor ainda do termo "regulação" (31).

Em outras palavras, o binômio "concorrencial/monopolista" remete a duas modalidades de que os agentes da "trama" dispõem para regular suas relações numa urdidura que se deforma no decorrer de sua própria prática. Seja porque a "urdidura" é percebida como "já dada", e então a "carta" de seu espaço de representação (no caso, o preço do terreno) permite a cada um tomar decisões "racional" que contribuem para reproduzir a estrutura ou para deformá-la marginalmente. Seja porque a "carta" antecipa as macro-transformações da urdidura suscetíveis de serem realizadas por suas próprias ações explicitamente coordenadas, esse espaço projetado coletivo tornando-se a paisagem econômica dos projetos individuais. As metáforas espaço-temporais (e que outra coisa é a da tecedura?) fecham-se assim sobre si mesmas...

### À guisa de conclusão

É possível resumir o que foi dito até aqui do seguinte modo: há dois pontos de vista sobre o processo social que decorre com certa regularidade. Primeiro, pode ele ser expresso como reprodução do decurso de uma relação, ou de um complexo de relações sobredeterminadas umas pelas outras. Em seguida, pode ser compreendido como a justaposição e a interação das trajetórias individuais de agentes (ou de grupos) que procuram seu próprio objetivo em função de uma representação das conseqüências dessa interação. Aqui é indiferente que tal representação seja adequada, ou que a coerência de suas ações seja um efeito perverso em relação a seus objetivos conscientes. Também é indiferente que as relações sejam hierárquicas (opondo dominantes e dominados) ou igualitárias.

Enquanto tudo se passa bem (que o fenômeno se reproduz "em regime"), as duas interpretações são duais entre si. Os projetos e os estrangimentos dos agentes são o produto de um **habitus** e de um espaço de representação induzidos pela própria reprodução da estrutura. Mas a estrutura não passa de uma conceitualização da compatibilidade observada das trajetórias individuais. A metáfora da urdidura (a reprodução das relações) e da trama (as trajetórias individuais) que concorrem para dar consistência a um tecido procura fazer perceber esta dualidade.

O caso só se torna interessante porque os agentes "encenados" (mis en

scène) pelas relações têm capacidade, e até tendência, a divergir em suas ações relativamente às exigências da reprodução social. Essas divergências são resolvidas por um modo de regulação, a não ser que se acumulem até uma "grande crise". As pequenas crises ("na" regulação) ajudam a deformar a estrutura até a grande crise.

A existência de divergências e de crises não leva absolutamente a desmerecer, umas em benefício das outras, as estruturas ou as ações. Pelo contrário, ela destaca a autonomia, a irredutibilidade, a "realidade" dos dois aspectos. Não haveria divergência sem estrutura (de fato só haveria um caos). Não haveria estrutura sem ação rotineira ou sem acordo de base (voluntário ou imposto). É preciso ainda levar em conta a autonomia, e até a possível individualização dos agentes. Tanto mais que admitimos que poderiam ser "agentes" indivíduos ou grupos.

A **individualização** de agentes que têm um "papel", no "lugar" definido pela estrutura, mas segundo um "estilo" próprio, provoca um primeiro grupo de problemas. Uma relação pode definir um sistema de lugares individualizados "em si": apaixonados, classes sociais, regiões. Mas a capacidade desses "indivíduos" para agirem "por si mesmos" é problemática. Quando essa individualidade é coletiva, quer se trate de uma classe, de uma grande empresa ou de uma região, aparece evidentemente o problema da agregação, da "consciência coletiva" (que teorias tão diversas quanto a da delegação, do agente mandatário e do bloco hegemônico procuram explicar). Mas, quando "o indivíduo" é um indivíduo humano, a "cisão do sujeito" (**Ichspaltung**), tão cara à psicanálise, traz tantos problemas quanto a agregação à apreensão desse indivíduo como sujeito. Alceste está dividido entre seu eu misantropo e seu eu apaixonado. Em suma, as relações contraditórias opõem, em seus pólos, **nós** de contradições. O regime de acumulação nacional é uma contradição que se reproduz no tempo, mas pode ser considerado, no âmbito da configuração mundial, como uma individualidade em relação contraditória com outras do mesmo gênero. O "estilo" próprio dos agentes é o produto desses nós de relações que os definem, no interior como no exterior de si mesmos.

Com efeito, um indivíduo não é uma classe ou uma nação, mas também não são eles redutíveis a átomos suscetíveis de individualismo racional ("você não sabe o que quer!") É possível invocar a organização hierarquizada do real. Mas, então, surge a questão das "causas internas" e das "causas externas": deve-se achar que um assalariado é uma contradição viva sobredeterminada exteriormente por sua relação a um capital, ou que é um lugar na relação salarial, marcado por um "estilo" herdado de determinações exteriores? Relativismo que só se resolve com referência ao critério de pertinência: retraça-se a história da vida de Ali, filho de marabu, operário da Citroën, ou dá-se atenção à gestão do pessoal?

Esse primeiro grupo de perguntas tinha como finalidade primordial lembrar a importância da noção de "sobredeterminação". Como os "atores" pertencem a múltiplas relações, ou são eles mesmos um agregado de relações, entram na relação que os define sob um certo ângulo, com uma "individualidade" previamente dada, que se **modifica** com a entrada deles (e sua permanência) nessa relação (o apaixonado atribiliário, a Inglaterra imperial, a classe operária femi-

nina), mas que também confere a forma concreta específica da relação, que pode modificá-la, transformá-la: as profissões liberais, ao entrar no regime assalariado, modificaram-lhe as normas.

Uma vez admitida a individualidade, o que dizer da autonomia dos agentes em relação a seu papel? A resposta fácil, e em geral pertinente, consiste em invocar o que, da individualidade, não é definido pela relação: a participação numa "natureza" diferente, a sobre-determinação por outras relações. Os jovens recusam o taylorismo porque têm outros centros de interesse. Célimène não ouve Alceste porque ela se sente bem no seu salão. A resposta inversa, igualmente pertinente, invoca a própria contradição da relação e a irreduzível aspiração dos indivíduos à liberdade: o taylorismo é uma negação da dignidade humana (e talvez da eficiência produtiva), o amor não pode justificar a supressão de uma personalidade (nem sobreviver-lhe). No entanto, os comportamentos adequados às relações em geral prevalecem, senão o mundo seria um caos. E, quando eles prevalecem, a dualidade trama-urdidura identifica as ações e as estruturas, que só se distinguem pelo ponto de vista metodológico: longitudinal (diacrônico) ou transversal (sincrônico).

Chega-se assim a um ponto fundamental: no nível mais profundo, a contradição **não está** entre a estrutura e as ações. Ela está no interior da própria ação, entre seu aspecto rotineiro, coisificado, reprodutivo (e então, por dualidade, logo temos a estrutura) e seu aspecto potencialmente divergente, inovador, autônomo, generativo, revolucionário talvez, ou pelo menos instituinte. É a contradição tal como a viam Lucrécia e Epicuro em sua idéia de um "cliname", Karl Marx nas **Teses sobre Feuerbach**, Karel Kosik na dialética do "sujeito objetivo", Jean-Paul Sartre na **Teoria dos Conjuntos Práticos**, ou Pierre Bourdieu na definição do "estruturalismo construtivista" (32).

Nos últimos anos de vida, não sei mais quando nem onde, Fernand Braudel explicava que o peso das rotinas mais longínquas do passado marcava nosso presente como o aluvião do Amazonas mancha o oceano a centenas de quilômetros de seu estuário. Na história que estabelecem sobre condições existentes, herdadas do passado, os seres humanos talvez só tenham direito a um "cliname", a cinco por cento de liberdade (ou menos!) contra noventa e cinco por cento de necessidade. Mas são esses cinco por cento que suscitam e criam novas formas sociais. Talvez as melhores.

## NOTAS

1) Refiro-me aqui apenas às teses ontológicas, e não às teses epistemológicas, e atendo-me ao althusserianismo "clássico", o de **Ler o Capital** (Althusser e outro, 1965). Para uma discussão acurada, ver Lipietz e Rouilleault (1972) e Lipietz (1973, 1979a).

2) Em seqüência ao seminário mencionado, o livro de Aglietta (1976) concedia o primeiro lugar à relação mercantil, que devia assumir importância crescente em seus trabalhos.

3) Dediquei longas páginas de meu livro (1979a) para deixar clara nossa concepção da regulação do funcionalismo e para fundamentar a regulação so-

bre a dialética. Na segunda edição de seu livro (1976), Michiel Aglietta assim como Boyer (1987) confirmam sua adesão a esta crítica ao funcionalismo.

Cabe aqui uma observação: é preciso alertar os alunos contra o funcionalismo, a crença de que o **resultado** de um mecanismo ou de uma instituição é a **causa** de sua existência. Mas, no estágio da pesquisa, quando por exemplo desmonta-se um aparelho desconhecido, é conveniente formular as duas perguntas básicas do funcionalismo: << 1 – Como tudo isto funciona? 2 – E isto aqui serve para quê? >>

4) Ver, por exemplo, o Organum da **Encyclopaedia Universalis**.

5) Ver M. Guillaume (org.) 1987.

6) J. Rancière, em sua contribuição em **L'empire du sociologue**, reduz simplesmente a sociologia de Bourdieu ao que foi sua própria posição em **Ler o Capital**: <<O sentido prático (dos agentes) é sempre a astúcia da razão... O sistema reproduz sua existência porque é desconhecido >>. Ora, o "sentido prático", o "**habitus**", a "estratégia" segundo Bourdieu, que reintroduzem o agente, a ação, a prática, procedem, segundo C. Lévi-Strauss, de uma crítica do estruturalismo <<que se encontra em qualquer lugar e que se inspira de uma espontaneísmo e de um subjetivismo em moda >>. (cf. Bourdieu, 1987: 77-78).

7) Se Luc Boltanski, em **Les cadres**, explora todas as potencialidades generativas e até transformadoras contidas no conceito de **habitus**, contra uma visão mecanicista da reprodução, nem por isso esquece as relações de exploração (no sentido marxista do termo) subjacente às "lutas de classificação", como uma geologia subjacente a uma geomorfologia. Infelizmente, seus trabalhos mais recentes (Boltanski e Thevenot, 1987), por mais hábeis, sugestivos e "operatórios" que sejam, parecem-se mais voltados para uma abordagem exclusivamente "exterior" (exotérica) das relações sociais, logo, individualista; voltaremos a esse ponto. Essa mesma evolução (conforme à evolução geral) também pode ser notada em Aglietta e Orléan (1982) com quem expus minhas divergências nos textos (1983, b).

9) Em seu trabalho inovador, Boltanski e Thevenot (1987) assumem também a tarefa de superar o dilema "individualismo/coletivismo metodológico" e, mais precisamente, de tratar o <<problema – central nas ciências sociais – da possibilidade de acordo entre os membros de uma sociedade, empenhando-se em levar a sério a questão da legitimidade, sem abandoná-la em proveito de uma explicação pela contingência, pela tapeação ou pela força >> (p. X). Constróem eles assim uma gramática das formas de acordo repertoriadas na teoria política ou nos manuais de bom comportamento. Esses acordos correspondem a "cidades", a "naturezas". Nas primeiras páginas, observa-se com exatidão que a forma cidade não é a única possível (existem "cosmos", "caos", que ignoram a "comum humanidade" de seres iguais em direitos que chegam a um acordo sobre uma ordem social). Mas, no correr das páginas, essas reservas vão sendo esquecidas. A condição do "comércio dos homens" toma definitivamente a forma de acordo inter-individual. Na prática, retorna-se a uma variante de individualismo metodológico que esvazia o sentido de conflito intrínseco às relações sociais, em recuo relativamente à intenção de Bourdieu (1987: 55)

de estudar "as situações reais em que a submissão consensual realiza-se no e pelo conflito".

10) Cabe aqui uma referência à epistemologia. Apesar de suas deferências rituais às críticas de Lenine contra o empírio-criticismo, Althusser não confundia o concreto real e o concreto de pensamento, não pensava que as relações abstratas estivessem presentes no interior da realidade empírica, mergulhadas na ganga das contingências. Porém, o estruturalismo sugere a **existência** de estruturas fundamentais, ocultas, mais **reais** do que o comportamento mistificado dos agentes que elas "colocam em cena". Critiquei (1985a e b, 1987b) os perigos desse "realismo do conceito", inclusive em nossas próprias formulações conceituais, tais como <<fordismo>>, <<fordismo periférico>>.

11) Nosso exemplo teatral introduz complicações, pois o teatro é uma cascata de interpretações. A partir de um esquema narrativo profundo, bastante semelhante desde **O Misanthropo** até **E o Vento Levou**, os autores conferem às personagens (que ocupam os lugares) caracteres bem diversos. Os diretores e os artistas, por sua vez, interpretam esses caracteres com o estilo que lhes é próprio. Pode-se objetar, como os especialistas da narrativa, que as narrações literárias têm estruturas e leis de movimento próprias, diferentes daquelas da realidade social. Temos de admitir que, se a vida não é um romance, o teatro de Molière é a própria vida.

12) Não acontece apenas nas sociedades baseadas na linhagem e segmentárias analisadas pelos africanistas, mas também na nobreza francesa da Idade Média (Duby, 1988) e até entre os camponeses do Béarn. **O Misanthropo** constitui uma considerável revolução cultural no sentido de o relacionamento amoroso aparecer "sociologicamente puro", independente das relações de linhagem que se encontram ainda no centro do teatro clássico e só desaparecerão com Marivaux (ver Lipietz, 1988).

13) << Bastariam teus olhos para disso te convencer.

Se teus olhos por um momento pudessem me olhar >> (Racine, **Fedra**, II, 5).

14) Sobre a importância da codagem intelectual das relações sociais, o que Bourdieu (197: 93, 164) chama "efeito de teoria", ver Lipietz (1985b).

15) A distinção entre /lugar/, /papel/ e /estilo/ deve muito a longas e frutíferas discussões com Jane Jenson. Chamar-se-á "estilo" a maneira, própria a um ator, de desempenhar seu papel. Esse caráter próprio não é inteiramente determinado pela relação, mas pela experiência e pelas outras "naturezas" das quais participa o ator.

16) << Por que não ter dito hábito? O hábito é considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, mais reprodutivo que produtivo. Ora, eu queria insistir na idéia de que o **habitus** é algo poderosamente gerador. O **habitus** é um produto dos condicionamentos mas fazendo-a passar por uma transformação; é uma espécie de máquina transformadora que faz com que "reproduzamos" as condições sociais de nossa própria produção, mas de modo relativamente imprevisível, de tal forma que não se pode passar simples e mecanicamente do conhecimento das condições de produção ao conhecimento dos produtos >> (Bourdieu, 1986: 134).

17) K. Marx, **Différence de la philosophie de la nature chez Démo-**

**crité et Epicure**, tradução, introdução e notas de J. Ponnier, Bordeaux, Ducros, 1970, p. 243.

18) Mesmo nas sociedades "frias", as acusações ou a suspeita de "bruxaria" ou de "possessão" por um demônio (que é preciso exorcizar) são manifestações contra a aparição de desvios por vezes microscópicos (ver a minúscula revolta de uma jovem no filme **Remparts d'argile** de Bertucelli e Duvigaud).

19) Robert Linhart, em **L'établi** (1978) tem consciência disso assim que encontra seus companheiros de fábrica fora da linha de montagem. Mas mostra também que não é qualquer um que pode agüentar o trabalho na linha de montagem e que ela não foi feita para qualquer um. Pode-se ir mais além: na economia capitalista em que se dispõe de trabalhadores qualificados e prontos a se "comprometerem", não é "eficiente", do ponto de vista capitalista, abusar demais do taylorismo.

20) A expressão "realizar-se", tirada de uma psicologia que pode ser considerada caduca, é empregada aqui de propósito com referência à "realização", a validação das mercadorias na troca.

21) Motivo pelo qual convém usar com prudência a metáfora do "jogo". Como observa Bourdieu (1987: 82), nem todas as **regularidades** sociais (imanentes) são "regras do jogo" (transcendentes), mesmo se existem "leis" (consuetudinárias ou jurídicas). Para que não haja uma transcendência das regras e, em consequência, para que não se dê aos agentes a possibilidade de modificar progressivamente a regra do jogo durante o próprio jogo, Bowles e Gintis (1986) falam de 'jogo recorrente'. O inconveniente é que se pode então colocar num mesmo plano o que procuramos distinguir como "relação", "regime", "modo de regulação" e "trajetórias", chegando assim a não mais entender como a divergência em relação a um regime pode levar a uma crise, nem por que aparece um problema de regulação. Pode-se imaginar, por exemplo, que Alceste se atire nos braços de Eliante desde a primeira briga, ou que Célimène, aborrecida, "deixe de lado" Alceste: mas não será mais a mesma história, nem o mesmo regime amoroso, talvez nem mais a mesma relação.

22) Segundo seu conceito não-dialético de acordo, Boltanski e Thevenot (1987, cap. 4) não podem explicar o aparecimento de "desavenças" e o "cancelamento" dos acordos a não ser pela possibilidade de os agentes participarem de diversas "naturezas". Neste ponto, eles coincidem com E. Balibar que, em **Ler o Capital**, só conseguiu explicar as crises pelo jogo de relações externas umas às outras. O individualismo metodológico "confitual" de Aglietta e Orléan (1982), pelo contrário, tem o mérito de inscrever a contradição e a necessidade das crises (e da regulação) no âmago de cada relação. Para isso, inspiram-se nas teorias de René Girard sobre "a violência e o sagrado". O problema é que R. Girard costuma generalizar abusivamente suas pesquisas (1961) sobre o tratamento literário da relação amorosa, tal como a descreve Da Ponte (<< Procuro um bem fora de mim, não sei quem o detém, nem sei o que é >>). Se aplicado à economia, tal princípio pode funcionar quanto à especulação nos títulos financeiros, mas para além disso...

23) A distinção, fundamental embora desconhecida na obra de Marx, entre esotérico e exotérico, é a base de meu livro (1983a).

24) << O erro intelectualista e teoricista que sempre ameaça a ciência so-



cial, o erro estruturalista, que consiste em afirmar: "Sei melhor que o indígena aquilo que ele é">> (Bourdieu, 1987: 114).

25) A sociologia, como a economia, **deve** expressar esse mundo "exotérico", aquele do vivido dos agentes (é, por exemplo, o objeto do livro III de **O Capital**). É um mundo no qual cada agente percebe os outros agentes, que ocupam outros lugares na mesma relação, em "exterioridade", como elementos de um espaço de representação com os quais ele vai "interagir". Esse mundo tem suas leis manifestas, que é preciso repertoriar, mas sem esquecer seu vínculo de dependência dual com o esotérico. <A sociologia é uma ciência esotérica mas que tem um aspecto exotérico>> (Bourdieu 1987: 68). Por isso, ha um certo prazer, a tentação de flertar (como fiz durante a análise de **O Misanthropo**) com a terminologia de Boltanski e Thevenot. Minha impressão é que a terminologia do exotérico usada por eles não se refere a nenhuma sociologia esotérica.

26) Trata-se, é claro, de um esquema que abstrai os arcos "intercapitalistas" acumulação-investimento, bem como outras relações sociais articuladas à reprodução da relação salarial (por exemplo, o patriarcado no nível M...F).

27) Pode-se demonstrar que sob normas de produção constantes, o dado dos comportamentos e das leis exotéricas (no caso: equalização das taxas de lucro entre ramos, constância da taxa de partilha do valor agregado), o regime de acumulação e o sistema de preços são determinados simultaneamente (Lipietz, 1979b). Esta demonstração combina o teorema de Frobenius com o teorema do ponto fixo de Brouwer: logo, é um simples teorema **de existência**, e não de estabilidade!

28) Na quarta parte desta comunicação, veremos por que propus esse par de termos "concorrencial/monopolista" no intuito de distinguir dois grandes tipos de modos de regulação. Terminologia não muito feliz.

29) Assim, Urry (1985: 27) critica Althusser por ter este ignorado que as estruturas só têm efeito através de sua interdependência e que é "a contingent matter as to the degree to which their respective causal powers (= mais ou menos a causalidade estrutural de Althusser) are expressed within particular events". Ignorância da sobredeterminação tanto mais mordaz que em seu artigo em **Pour Marx** (1985), <<Contradiction et surdétermination>>, o próprio Althusser falava de textos geopolíticos de Mao Tse Tung! De fato, o "realismo teórico" é tão semelhante ao althusserianismo de **Pour Marx**, que fica sujeito às mesmas críticas. Já D. Massey (1985), ao concluir, preocupa-se que a economia (=as estruturas) esteja condenada a ficar com a parte da necessidade, e a geografia (= sobredeterminação com a parte da contingência.) Prosseguindo a crítica deste neo-estruturalismo (mesmo respeitador da sobredeterminação), Saunders e Williams (1986) aí detectam um "neo-conservatismo": do althusserianismo ao realismo teórico, só se teriam reintroduzido os agentes (**agency**) na estrutura para submeter seus atos ao determinismo das "forças causais", temperado por uma contingência entregue ao empirismo, esquecendo como de costume a autonomia, os projetos dos agentes...

30) A cena da caça às borboletas preexiste também como enredo antes de qualquer interação (ver P. Faure e G. Brassens). De modo mais geral, a estruturação do espaço, "sempre previamente dada", é um obstáculo intransponível

para o individualismo metodológico (ver Lipietz, 1977, cap. 5).

31) Essas formas de transformação urbana revelaram-se, porém, bem mais complexas e ambíguas do que eu pensava. Ver, por exemplo, Kaszynski (1982), Somekg (1987).

32) Sua definição do estruturalismo construtivista (1987, p. 147 seg.) é permeada por uma antropologia teórica implícita, bastante próxima de todos esses autores, que H. Rouilleault e eu (1972) havíamos procurado outrora poder mobilizar contra Althusser, para pensar a ação transformadora das massa na história, sem perder as conquistas do estruturalismo. O estudo da sociedade como reprodução ou ação rotineira – rotineirizada – surge assim como parcialmente legítima, por exemplo, num quadro acadêmico (um "momento necessário da pesquisa" diz Bourdieu). A outra vertente – subjetiva – da prática requer, ao inverso, da parte do teórico uma participação ou, no mínimo, uma "simpatia" (no sentido etimológico) com as práticas sociais transformadoras (cf. Lipietz, 1973, 1977a: Introdução).

## NOTA BIBLIOGRÁFICA

Em atenção ao caráter internacional do "Colloque International sur la théorie de la Regulation", de Barcelona, forneci sempre que possível as referências das traduções de meus trabalhos. Infelizmente não pude fazer o mesmo para os outros autores.

## ABSTRACT

*This article aims at a subjective review of theoretical reflections and pedagogic practices which make use of the notion of "regulation". After replacing the problem in the french intelectual context of the last twenty years, regulation is first presented in reference to the concepts of contradiction and crisis, based on a literary example (the amorous relationship in **Le Misanthrope**). Finally, the same discussion is proposed through the example of capitalistic accumulation and the social production of space.*

## RESUME

Cet article cherche a dresser un bilan subjectif de réflexions théoriques et de pratiques pédagogiques qui se servent de la notion de "regulation". Après avoir replacé cette problématique dans le contexte intellectuel français des vingt dernières années, la régulation est d'abord présentée par rapport aux concepts de contradiction et de crise, a partir d'un exemple littéraire (les relations amoureuses du **Misanthrope**). Ensuite, la même discussion est proposée par l'intermédiaire de l'exemple de l'accumulation capitaliste et de la production sociale des espaces.